

De acordo com o comando de cada uma das questões de **1 a 40**, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

## CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

### QUESTÃO 1

O conceito de restrição de um direito parece-nos familiar e não-problemático. Que os direitos estão sujeitos a restrições e podem ser delimitados ou limitados parece ser um conhecimento evidente e até trivial, que na Lei Fundamental (da Alemanha) se manifesta com toda clareza.

Robert Alexy. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997, p. 267 (com adaptações).

Apesar do caráter não-problemático a que se refere o autor —, ao tratar das restrições dos direitos fundamentais —, no texto acima, nem sempre é simples estabelecer limites para os direitos fundamentais. Quanto a esse e a outros aspectos desses direitos, julgue os itens seguintes.

- Por influência da Revolução Francesa, até hoje os direitos fundamentais têm a característica principal de se destinarem a exigir do Estado o respeito ao exercício deles, por meio de abstenções, isto é, de condutas omissivas.
- Em determinadas situações, como em casos ao amparo de excludentes de ilicitude previstas no Código Penal (CP), é juridicamente lícito suprimir a vida de outrem, muito embora o direito à vida seja fundamental e não haja previsão constitucional expressa dessa possibilidade de restrição.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
No curso de procedimento administrativo fiscal, o auditor fiscal responsável constatou que determinado contribuinte descumpria a legislação tributária, em conluio com alguns de seus fornecedores. Com a finalidade de obter dados mais completos para o lançamento, formulou representação ao juiz competente, solicitando-lhe autorização para que o fisco procedesse à interceptação das comunicações telefônicas do contribuinte. O juiz autorizou a interceptação e, com base nos elementos obtidos em razão dela e em outros colhidos na ação fiscal, o contribuinte sofreu autuação.  
Nessa situação, em face da proteção constitucional aos direitos fundamentais, foi válida a ação do fisco, pois agiu com base em autorização judicial.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
Um indivíduo foi levado ao tribunal do júri, por haver assassinado sua ex-esposa, que o traía. Na sessão de julgamento, a defesa alegou a chamada legítima defesa da honra, procurando vincular o homicídio à traição sofrida pelo réu, muito embora não houvesse nos autos um só indício ou prova que desse amparo a essa versão. Todas as provas indicavam razões econômicas para o crime. O réu foi absolvido com base na tese da traição. O Ministério Público (MP) apelou e o tribunal de justiça anulou a decisão e determinou novo julgamento pelo júri.  
Nessa situação, não obstante o princípio constitucional da soberania dos veredictos, o acórdão do tribunal de justiça deve ser considerado juridicamente válido.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
Sílvia foi processada criminalmente por crime contra o sistema financeiro nacional e recorreu ao Tribunal Regional Federal (TRF), que confirmou a condenação, em acórdão que passou em julgado. A ré impetrou *habeas corpus* ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que concedeu a ordem para anular o processo. Contra o acórdão no *habeas corpus*, o Ministério Público Federal (MPF) interpôs recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal (STF).  
Nessa situação, agiram incorretamente o STJ — pois não cabe *habeas corpus* contra decisão transitada em julgado, a despeito da sede constitucional dessa ação — e o MPF, visto que seria o recurso ordinário o cabível contra o acórdão do STJ.

### QUESTÃO 2

No atinente à Constituição da República e ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), julgue os itens abaixo.

- Se, no julgamento de ação de *habeas corpus* em órgão fracionário do TJBA houver empate entre os participantes do julgamento, a ordem deverá considerar-se concedida, independentemente de o presidente do órgão haver ou não votado.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
Um desembargador do TJBA, durante sessão de julgamento, proferiu voto nos seguintes termos: “Dou provimento ao recurso e adoto, como razões de decidir, as constantes do parecer do MP, conforme consta das folhas 100-110 dos autos”. Em seguida, leu as folhas a que se referira. Os demais desembargadores acompanharam o voto do relator, sem fazer outras considerações.  
Nessa situação, estritamente de acordo com o Regimento Interno do TJBA, o julgamento é plenamente válido e não se pode considerar desprovido de fundamentação.
- Em face da competência concorrente da União e dos estados para a redução das desigualdades sociais, o estado da Bahia é juridicamente competente para decretar a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel que não esteja cumprindo sua função social, desde que obedecidos os requisitos constitucionais e legais no procedimento administrativo de desapropriação.
- Uma das características essenciais dos impostos é a proibição de vinculação de sua receita a órgão, fundo ou despesa; essa vedação, porém, não é absoluta, de maneira que não será necessariamente inconstitucional a norma infraconstitucional que, em certos casos, direcione a arrecadação tributária à atividade governamental específica.
- O estado de defesa e o estado de sítio compõem o chamado direito constitucional das crises, que tem por finalidade evitar o rompimento da ordem constitucional, por meio de mecanismos que ampliam a capacidade de resposta do poder público a situações de desequilíbrio institucional; não obstante a possibilidade, durante a vigência desses estados de atenuação dos direitos fundamentais, estes não podem ser afastados permanentemente, pois uma das características essenciais dessas medidas é a transitoriedade.

### QUESTÃO 3

Em relação aos Poderes da República e ao Ministério Público (MP), julgue os itens seguintes.

- Um dos principais meios de atuação do Poder Executivo é o poder regulamentar, com base no qual o presidente da República pode editar decretos para a fiel execução das leis; contudo, devido à incidência do princípio da legalidade, que a Constituição considera garantia fundamental dos cidadãos, o direito brasileiro não admite a figura do decreto autônomo, apenas a do decreto de execução.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
O MPF conseguiu provar que um deputado federal cometeu crime de concussão após a posse no cargo. O procurador-geral da República ofereceu denúncia em face dele no STF. O tribunal, após os trâmites processuais, recebeu a denúncia, sem, porém, solicitar licença à Câmara dos Deputados.  
Nessa situação, não havia realmente necessidade de o STF solicitar licença à Câmara para o recebimento da denúncia; não obstante, ela poderia, cumpridos certos requisitos, sustar o andamento da ação penal, com o que ficaria igualmente suspensa a prescrição, enquanto durasse o mandato do réu.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
Devido à grave crise de segurança pública por que passa praticamente todo o país, o presidente da República resolveu editar medida provisória para tornar mais ágil o inquérito policial e o processamento da ação penal, tomando o cuidado, no entanto, de não dispor acerca de nenhuma matéria de cunho penal nem, muito menos, tipificar alguma conduta como infração penal.  
Nessa situação, a medida provisória será juridicamente válida durante o prazo de sessenta dias, prorrogável uma única vez, e entrará em regime de urgência se não for apreciada em até 45 dias de sua publicação.
- É amplamente disseminado o uso da expressão “quinto constitucional” para designar a participação do MP e da advocacia na composição dos tribunais; porém, nem todos os tribunais brasileiros reservam efetivamente um quinto de suas vagas para membros egressos daquelas carreiras: a composição do STF, por exemplo, não prevê a necessidade de que nenhum de seus integrantes seja membro do MP ou advogado, ao passo que o STJ, diferentemente, reserva um terço de suas vagas para esses profissionais.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
Lúcio, promotor de justiça, recebeu, por distribuição no MP, determinada ação penal, cujo réu era autoridade conhecida e respeitada em seu estado. Devido ao fato de Lúcio ter certas concepções particulares acerca do sistema e dos institutos jurídicos, passou a agir nesse processo de maneira um tanto agressiva em relação ao acusado. Este, por essa razão, apresentou reclamação ao procurador-geral de Justiça, que, por sua vez, em virtude de discordar da interpretação jurídica que Lúcio dera ao caso, baixou despacho fundamentado designando outro promotor de justiça para doravante atuar naquele processo.  
Nessa situação, em face das atribuições de chefia do MP conferidas ao procurador-geral de justiça e por ele haver decidido de maneira fundamentada, agiu corretamente o chefe da instituição ministerial.

### QUESTÃO 4

A respeito dos Poderes na Constituição da República e na do estado da Bahia, julgue os itens que se seguem.

- Em face das normas constitucionais específicas acerca do Poder Judiciário, a disciplina jurídica do chamado Estatuto da Magistratura deve fazer-se exclusivamente por lei ordinária ou complementar, de modo que seriam inconstitucionais a esse respeito normas de nível hierárquico inferior, como regimentos internos ou resoluções administrativas de tribunais.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
A Assembléia Legislativa da Bahia, após os trâmites aplicáveis, aprovou a criação de quatro comissões parlamentares de inquérito (CPIs), que, em certo momento, funcionavam simultaneamente. Nessa época, houve o requerimento de criação de mais uma CPI estadual, o qual foi também aprovado. Instalada a comissão, ela deliberou requisitar a presença de um promotor de justiça para acompanhar-lhe os trabalhos.  
Nesse caso, a quinta CPI poderia ter sido criada, desde que atendidas as normas aplicáveis, uma vez que obedecia o número máximo de comissões da espécie simultaneamente em funcionamento; por outro lado, o MP estadual estava obrigado a atender à requisição da CPI.
- A Constituição do Estado da Bahia, no que tange às limitações circunstanciais da reforma constitucional, guarda simetria em relação ao modelo da Constituição da República, de modo que não poderá ser emendada durante a execução do estado de sítio, do estado de defesa ou quando qualquer unidade da Federação estiver sob intervenção federal.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
O prefeito de determinado município baiano celebrou contrato sem o atendimento das regras aplicáveis e com lesão ao erário municipal. Em procedimento administrativo regular, o Tribunal de Contas da Bahia (TCBA) determinou ao prefeito que suspendesse a execução do contrato e o invalidasse, por ilegalidade, assinando-lhe prazo razoável. O prefeito, contudo, recusou-se a cumprir a recomendação daquele órgão administrativo.
- Nessa situação, poderia o TCBA sustar, ele próprio, a execução do contrato ilegal, sem prejuízo de comunicar os fatos à câmara municipal, para os fins legais. Essa competência do TCBA não pode ser juridicamente caracterizada, porém, como exercício de poder disciplinar.
- Considere a seguinte situação hipotética.  
Maria obteve sentença de procedência em ação de repetição de indébito tributário ajuizada em face do estado da Bahia. Após a execução, expediu-se precatório para o pagamento da condenação, mas, no exercício em que isso deveria ter ocorrido, Maria foi preterida na ordem dos precatórios. Formulou, então, requerimento à Assembléia Legislativa, narrando e comprovando esses fatos e requerendo que, no orçamento seguinte, houvesse dotação para que seu crédito fosse enfim honrado. Por concordar com o requerimento, a lei orçamentária do exercício subsequente previu dotação com referência específica ao processo daquela credora.  
Nessa situação, agiu corretamente o Poder Legislativo, para a satisfação do crédito judicialmente reconhecido.

QUESTÃO 5

André Ramos Tavares, ao tratar da argüição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), no **Tratado da Argüição de Preceito Fundamental** (São Paulo: Saraiva, 2001, p. 70), lembra que “o direito constitucional é ramo do direito que se diferencia de todos os demais pela posição de destaque exclusivo que ocupa, dentro de um dado ordenamento jurídico, o conjunto de suas normas. Disso resulta forçosamente o reconhecimento de que as normas jurídicas estão distribuídas por escalões distintos, dotados cada qual de grau próprio na hierarquia que incorporam relativamente às demais normas”. O controle de constitucionalidade baseia-se nessa posição de destaque das normas constitucionais. Acerca desse controle no direito brasileiro, julgue os itens a seguir.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.  
Um cidadão ajuizou ação com cunho preventivo, requerendo que o juiz evitasse a incidência de norma que o autor entendia ser inconstitucional sobre determinado fato jurídico de que participaria. O pedido foi julgado procedente, com decisão passada em julgado, antes de o fato ocorrer, com a declaração incidental de inconstitucionalidade da norma atacada.  
Nessa situação, trata-se do chamado controle de constitucionalidade por via de exceção, e os efeitos do julgamento serão exclusivamente *ex nunc* e não deverão atingir terceiros estranhos à relação jurídica.
- ❷ No julgamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), é juridicamente possível a concessão de cautelar, a qual, porém, não poderá ter efeito retroativo, pois este é reservado ao julgamento definitivo da ação; a cautelar, em casos de excepcional urgência, poderá ser concedida monocraticamente pelo relator da ADIn.
- ❸ Uma das finalidades da ação declaratória de constitucionalidade (ADC) é a de evitar insegurança jurídica nos casos em que determinado ato normativo tenha posta em dúvida sua constitucionalidade; todavia, para o correto ajuizamento da ação, não bastará que o autor exponha as razões para demonstrar a constitucionalidade da norma, pois esta é presumida; ele deverá requerer a declaração de constitucionalidade demonstrando a existência de controvérsia judicial — e não apenas doutrinária — relevante acerca da norma.
- ❹ A Lei n.º 9.882, de 3/12/1999, regulamentadora do dispositivo constitucional que previu a ADPF, estabeleceu para ela uma regra de subsidiariedade, embora a Constituição não haja fixado esse caráter subsidiário. Com base nisso, a argüição não será cabível, por exemplo, contra ato normativo formalmente secundário mas materialmente primário, como uma portaria de órgão federal que fira diretamente a Constituição, porquanto esse ato é passível de controle concentrado por meio de ADIn.
- ❺ Diante do entendimento prevalecente da doutrina e do STF, apenas por meio de ADPF é possível o controle de constitucionalidade de leis municipais nesse tribunal, isto é, não cabe ao STF julgar a compatibilidade de leis municipais em face da Constituição da República no âmbito de outros processos ou recursos.

QUESTÃO 6

No que tange ao ato administrativo, ao controle da administração pública, aos bens públicos e aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Se um indivíduo for professor concursado de uma escola pública, cada aula que ele ministrar no exercício da função deverá, consoante a doutrina, ser juridicamente considerada um ato administrativo.
- ❷ Os atos administrativos visam, de maneira geral, à satisfação do interesse público, mas cada ato deve fazê-lo segundo a finalidade específica para a qual foi criado e que é prevista na lei de regência; por conseguinte, se certo ato for praticado buscando atingir fim que lhe seja estranho, poderá ser invalidado por desvio de finalidade, ainda que aquele fim de algum modo satisfaça o interesse público.
- ❸ Diversamente do que ocorre em relação ao direito constitucional de obter certidão — para cuja satisfação o interessado deve declinar a finalidade para a qual deseja obtê-la —, no que pertine ao abuso de autoridade, qualquer cidadão pode representar à autoridade competente para a correção do ato defeituoso, independentemente de possuir interesse pessoal nele.
- ❹ Bens dominiais ou dominicais são bens públicos não-afetos a nenhuma destinação específica da administração pública; se correta essa premissa, é então também juridicamente correto afirmar que não gera, necessariamente, a competência da justiça federal o fato de um crime haver sido praticado no interior de um imóvel de propriedade da União que seja classificado como bem dominical, porquanto o delito, nesse caso, poderá não gerar lesão ao interesse, ao patrimônio ou ao serviço da União.
- ❺ A ação civil pública pode ser ajuizada pelo MP para a defesa de bens de valor histórico e paisagístico tendo como réu até mesmo ente da administração pública; se, em determinada comarca, ação dessa espécie for ajuizada mas depois não houver promotor de justiça ali lotado, poderá o juiz, no curso do processo, determinar a remessa dos autos para que o promotor de justiça nomeado *ad hoc* dê impulso ao feito.

QUESTÃO 7

Com relação ao contrato administrativo, às licitações, aos agentes administrativos e à intervenção do Estado na propriedade, julgue os itens seguintes.

- ❶ Costuma-se afirmar que uma das marcas do contrato administrativo é a possibilidade de alteração unilateral, que de fato existe mas não é ilimitada, pois a administração não tem o direito de alterar o equilíbrio econômico-financeiro em detrimento do contratado; nos contratos de direito privado, embora a possibilidade de alteração unilateral não exista com a mesma amplitude, é juridicamente possível a modificação unilateral, ainda que parcial, de cláusulas contratuais.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.  
O prefeito de certo município constatou a necessidade de contratar serviço de publicidade. Por conhecer a notória especialização de determinada empresa, determinou que a contratação dela fosse feita com dispensa de licitação, após observados os requisitos procedimentais para essa espécie de contratação.  
Nessa situação, se a hipótese fosse de notória especialização legalmente admissível, a contratação não seria amparada por dispensa, mas por inexigibilidade de licitação, e, no caso, em face do objeto específico do contrato, nem mesmo a inexigibilidade poderia servir para afastar a licitação.
- ❸ Devido à natureza peculiar do contrato de concessão de serviço público, a remuneração do concessionário deve fazer-se, necessariamente, por meio da cobrança de tarifa dos usuários do serviço; as empresas concessionárias, por outro lado, não podem ter ações contra si julgadas nos juizados especiais cíveis, por vedação da Lei n.º 9.099/1995, que regulamenta esses órgãos jurisdicionais.
- ❹ A remuneração dos servidores públicos deve ser fixada por lei e não em atos administrativos, mesmo que de caráter normativo, ou por outra espécie qualquer de ato normativo de caráter infralegal; porém, como o entendimento predominante no direito brasileiro é o de que o servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico, a lei nova pode alterar livremente a remuneração desses agentes públicos.
- ❺ A requisição administrativa difere da desapropriação, entre outros aspectos, pelo fato de visar apenas ao uso do bem e pelo de ser transitória, ao passo que a desapropriação atinge a propriedade e é permanente; em todos os casos, contudo, o particular deve ser ressarcido dos danos que efetivamente sofrer.

QUESTÃO 8

No que se refere ao processo administrativo, aos poderes e princípios da administração e ao direito de construir, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Diante do direito positivo brasileiro, é juridicamente correto afirmar que o cidadão tem não somente o direito fundamental de acesso à justiça mas igualmente o de acesso ao procedimento administrativo.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.  
O governador de um estado, no exercício do poder discricionário do cargo, decidiu preterir a construção de um hospital público em prol da de uma escola. Posteriormente, essa decisão foi atacada por ação popular, na qual o autor demonstrou que naquele estado a rede escolar era bastante para atender à necessidade da população e havia até excesso de vagas ofertadas. O autor popular demonstrou, também, que havia na época grave carência de leitos hospitalares.  
Nessa situação, o juiz não poderia ingressar na avaliação da decisão tomada pelo governador do estado, uma vez que ela decorreria da consideração de fatores ligados à discricionariedade administrativa, que não é passível de controle pela via judicial.
- ❸ O caráter preventivo da atividade da administração pública não é nota essencial do poder de polícia, uma vez que este pode também agir repressivamente, como ocorre, por exemplo, quando o poder público apreende gêneros alimentícios impróprios para o consumo, após haver tomado ciência do fato somente depois da comercialização ou exposição à venda da mercadoria.
- ❹ As limitações ao direito de construir decorrentes do direito urbanístico buscam ordenar o exercício do direito de propriedade, em prol do interesse público; elas, porém, não podem tomar em conta fatores eminentemente subjetivos, a exemplo de características estéticas de fachadas, para, com base nisso, opor óbices ao exercício do direito constitucional de propriedade do dono do imóvel.
- ❺ A administração pública, como atividade regida pelo direito, é sujeita a regras e princípios, como os da moralidade, da legalidade e da publicidade, entre outros; os princípios reitores da atividade administrativa pública podem decorrer da Constituição ou do ordenamento infraconstitucional e podem estar previstos normativamente de maneira explícita ou podem encontrar-se implícitos na ordem jurídica.

QUESTÃO 9

A indisponibilidade dos interesses públicos significa que, sendo interesses qualificados como próprios da coletividade, não se encontram à livre disposição de quem quer que seja, por serem inapropriáveis. O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los — o que é também um dever — na estrita conformidade do que dispuser a *intentio legis*.

Na administração, os bens e os interesses não se acham entregues à livre disposição da vontade do administrador.

Uma vez que a atividade administrativa é subordinada à lei, e firmado que a administração e as pessoas administrativas não têm disponibilidade sobre os interesses públicos, mas apenas o dever de curá-los nos termos das finalidades predeterminadas legalmente, compreende-se que estejam submetidas a certos princípios.

Celso Antônio Bandeira de Mello. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 46-8 (com adaptações).

Considerando o texto acima e com referência aos princípios básicos, à responsabilidade civil da administração e à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- ❶ A correta observância do princípio da legalidade no âmbito da administração pública consiste essencialmente na ausência de oposição dos atos administrativos à lei.
- ❷ Se uma autoridade administrativa violar o princípio da finalidade, esse ilícito não poderá ser validamente atacado por meio de mandado de segurança, ainda que viole direito líquido e certo do impetrante, por causa da presunção de validade dos atos administrativos, da necessidade de prova cabal do desvio de finalidade e das restrições processuais à produção probatória no processo de mandado de segurança.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.  
Um veículo da administração pública trafegava em via expressa, em condições normais e com observância das regras de trânsito, inclusive no que tange à velocidade permitida para o local. Durante o percurso, um indivíduo cruzou a via em local não-destinado à travessia de pedestres e sem a atenção necessária. Como resultado, foi colhido pelo veículo público e veio a falecer. Em inquérito policial, provou-se que o condutor do veículo não contribuiu culposa ou dolosamente para o evento. Nessa situação, embora seja desnecessário haver culpa para gerar a responsabilidade da administração, esta não deverá indenizar a morte do pedestre.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.  
O governador de um estado da Federação determinou que máquinas de propriedade do poder público fossem utilizadas na perfuração de um poço artesiano em imóvel rural de propriedade de sua família, para exclusivo benefício desta, e que, tão logo findasse a perfuração, as máquinas voltassem ao uso do órgão a que pertenciam. Assim foi feito.  
Nessa situação, é juridicamente correto afirmar que o governador cometeu ato de improbidade administrativa, mas não o crime de peculato.
- ❺ A prova de dano patrimonial à administração pública não é indispensável para que se configure lesão à Lei da Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992).

QUESTÃO 10

No que diz respeito aos serviços públicos, à organização administrativa e à desapropriação, julgue os itens abaixo.

- ❶ É tecnicamente correta a seguinte frase: “Ontem falei com João, funcionário do Banco do Brasil, que me disse já haver conversado com o funcionário do fórum a respeito da conta na qual deveria ocorrer o sequestro de bens.”
- ❷ Uma das características essenciais dos contratos de concessão de serviço público é a remuneração do concessionário por meio de tarifa; se outra for a fonte principal da receita da pessoa jurídica exploradora ou prestadora do serviço público, o contrato estará descaracterizado como de concessão.
- ❸ Considerando a organização hierarquizada do Poder Judiciário, o fato de que as varas são também unidades administrativas, o princípio constitucional da ampla defesa e a vigente legislação processual, é juridicamente correto afirmar que, além dos recursos taxativamente previstos nessa legislação, o interessado possa também interpor recurso hierárquico contra decisão de juiz de direito, dirigido ao respectivo tribunal de justiça, por aplicação analógica da legislação acerca do processo administrativo.
- ❹ A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é empresa pública federal; isso significa que ela poderia ter qualquer forma societária, inclusive a de “sociedade unipessoal”, o que é vedado para as sociedades de economia mista; por outro lado, se agência da ECT for alvo de roubo, a ação penal deverá ser promovida pelo MPF, perante a justiça federal.
- ❺ Os estados-membros não têm competência para legislar acerca de desapropriação, uma vez que tal competência é da União; não obstante, têm competência para promover a desapropriação, em certos casos, assim como a têm outros entes públicos, a exemplo de certas autarquias.

QUESTÃO 11

No que se refere à imunidade, à isenção e à não-incidência, aos princípios constitucionais tributários, à vigência e à aplicação da legislação tributária e à obrigação tributária, julgue os itens seguintes.

- ❶ Se uma lei ordinária municipal proibir a tributação, por parte do município, de certo gênero de operação em princípio sujeita ao imposto sobre serviços (ISS), ter-se-á, nessa hipótese, caso de imunidade tributária.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.  
O valor de imóvel constante dos registros de uma prefeitura era, no ano-base 2000, de R\$ 10.000,00. Por diversos fatores, esse imóvel sofreu valorização e passou a ser avaliado em R\$ 12.000,00 no ano-base 2001. Com apoio em normas e atos administrativos, o novo valor foi informado ao contribuinte para que pagasse o imposto predial e territorial urbano (IPTU) sobre essa nova base de cálculo.  
Nessa situação, como houve, em termos reais, elevação do tributo, somente a lei poderia amparar a cobrança do imposto sobre base de cálculo superior à do exercício precedente.
- ❸ Apesar de o direito tributário ser ramo do direito público e objeto de tratamento constitucional específico, além de compor sistema normativo próprio, a vigência e a aplicação da legislação tributária não são regidas exclusivamente por normas contidas no Código Tributário Nacional (CTN) e no restante da legislação tributária, pois se aplicam também as normas do direito privado, como as da Lei de Introdução ao Código Civil.
- ❹ Juristas criticam a dicotomia entre a obrigação do direito privado e a do direito tributário com base em que apenas a segunda nasceria da lei, ao argumento de que toda obrigação em direito tem como fonte, ainda que mediata, a lei; não obstante, a obrigação tributária apresenta, realmente, peculiaridades, como a de que pode surgir independentemente da vontade e até mesmo do conhecimento do sujeito passivo.
- ❺ A obrigação tributária acessória não tem fato gerador, pois decorre diretamente da legislação tributária.

QUESTÃO 12

A respeito da obrigação tributária, da responsabilidade tributária e do crédito tributário, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.  
Um indivíduo sofreu condenação, por sentença que passou em julgado, por tráfico ilícito de entorpecentes do Brasil para a Europa. Cópia dos autos foi enviada à Secretaria da Receita Federal, que verificou ter o réu obtido rendimentos milionários em certo exercício, como decorrência de sua atividade criminosa.  
Nessa situação, é juridicamente correto afirmar que a sentença penal somente seria válida se fosse proferida pela justiça federal e que, a despeito de os impostos não serem sanção de ato ilícito, os rendimentos auferidos pelo traficante deveriam ser tributados.
- ❷ Se Júlia é comerciante e contribuinte do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), Carlos, um parente dela, pode ser validamente considerado por lei como responsável pelas obrigações tributárias derivadas da atividade econômica de Júlia, ainda que não tenha vinculação pessoal com o fato gerador dessas obrigações.
- ❸ Se Lúcia e Manuel firmarem contrato por meio do qual este se responsabilize pelo pagamento de todas as obrigações tributárias daquela, esse contrato, por si só, não será necessariamente ilícito; ademais, se Manuel cumprir fielmente o contrato, deverá ser extinta sem julgamento de mérito ação de execução fiscal ajuizada pelo fisco, sob o argumento de que o contrato seria inválido, para cobrar especificamente à pessoa de Lúcia dívida tributária paga por Manuel.
- ❹ Se Marcelo tem dezesseis anos de idade e é comerciante, estabelecido com economia própria e sem a interferência dos pais em sua atividade comercial, então os pais dele não poderão, apenas pelo laço parental, ser juridicamente considerados terceiros responsáveis pelos tributos devidos por Marcelo; nesse caso, tecnicamente Marcelo não poderá cometer crime contra a ordem tributária, ainda que se prove haver perpetrado atos para sonegação de impostos.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.  
Um contribuinte devia ao fisco estadual, em 1.º/2/2002, em tributos regularmente lançados até essa data, R\$ 200.000,00, valor esse superior à totalidade de seu patrimônio. Em 1.º/3/2002, recebeu por herança um imóvel no valor de R\$ 300.000,00, gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade.  
Nessa situação, o imóvel herdado não poderá ser validamente alcançado por penhora em execução fiscal movida pelo estado.

QUESTÃO 13

Quanto à administração tributária, à evasão e à elisão tributárias, ao processo administrativo fiscal e à responsabilidade penal, julgue os itens abaixo.

- ❶ Não é qualquer espécie de vínculo com o contribuinte ou responsável, como o pessoal ou o familiar, que torna alguém legalmente obrigado a permitir a ação da administração tributária em sua atividade de fiscalização; para que exista esse dever jurídico, deve haver nexo jurídico legalmente previsto.
- ❷ Se uma empresa precisar de prova de regularidade fiscal para participar de concorrência promovida pela administração, poderá participar do procedimento licitatório independentemente de apresentar a certidão negativa emitida pelo fisco, por se tratar de ato indispensável a evitar a caducidade de direito, conforme autoriza o CTN; nesse caso, porém, todos os participantes do ato poderão ser responsabilizados pelos tributos que acaso a empresa deva.
- ❸ Como regra, uma vez ocorrido o fato gerador da obrigação tributária, não é mais possível a elisão fiscal.
- ❹ Se um contribuinte se deparar com fato concretamente ocorrido que possa dar ensejo a tributação de cujos contornos legais ele tenha dúvida, não se poderá valer da consulta à autoridade tributária, uma vez que essa modalidade de procedimento administrativo tributário destina-se ao esclarecimento de situações hipotéticas.
- ❺ Se um indivíduo trouxe ao Brasil mercadoria cuja importação seja permitida, mas iludir o pagamento dos tributos devidos, terá cometido o crime de descaminho e não o de contrabando; nessa situação, porém, se efetuar o pagamento dos tributos, mesmo após o recebimento da denúncia, ocorrerá a extinção da punibilidade do delito, consoante a regra vigente para os crimes contra a ordem tributária em geral.

QUESTÃO 14

A lei, como norma de comportamento emanada do órgão estatal competente, é expressão soberana do Estado que a edita, seguindo regra própria para sua aplicação no tempo e no espaço. Com referência a esse tema, julgue os itens a seguir.

- ❶ No plano filosófico, o princípio da não-retroatividade das leis alicerça o direito intertemporal. No plano do direito positivo, esse princípio, em regra, converte-se em um preceito de política legislativa, ou seja, o legislador deve abster-se de votar leis retroativas.
- ❷ No direito brasileiro, o princípio da não-retroatividade das leis assume o sentido de uma norma constitucional, com muito maior extensão e de natureza cogente para o legislador, que fica impedido de editar lei que prejudique o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- ❸ A lei nova que estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga a lei anterior e terá, como regra, vigência por prazo indeterminado.
- ❹ A lei expressamente revogada por outra lei sempre se restaura na hipótese de a lei revogadora perder a vigência.
- ❺ A eficácia da lei tem por limite espacial as fronteiras geográficas que delimitam a soberania do Estado, nunca as vencendo para alcançar projeção extraterritorial ainda que para regular atos ou situações jurídicas específicas.

QUESTÃO 15

Tércio e Livia, casados pelo regime de comunhão universal de bens, tiveram julgado procedente pedido de separação judicial consensual, em 13 de julho de 1998. A sentença extinguiu o regime de bens do casamento, mas não explicitou quais bens incumbiriam a quem na partilha nem efetuou a partilha do patrimônio comum dos ex-cônjuges. Livia deteve a posse do imóvel do ex-casal — unidade residencial no condomínio Sol Nascente — desde a separação de corpos, autorizada judicialmente em janeiro de 1998, porém já não paga as despesas de condomínio desde abril de 1998. O condomínio Sol Nascente, em dezembro de 1998, ajuizou ação de cobrança de despesas condominiais contra Tércio, instruindo a inicial com certidão do correspondente registro de imóveis em que constavam como proprietários do imóvel Tércio e sua esposa Livia. Regularmente citado para a ação de cobrança, Tércio apresentou defesa, arguindo em preliminar sua ilegitimidade passiva *ad causam*, pois o respectivo imóvel ficou a cargo da administração da ex-esposa. Requereu, subsidiariamente, o reconhecimento de litisconsórcio passivo necessário com a ex-esposa, tendo por suporte a norma do inciso II do parágrafo 1.º do art. 10 do Código de Processo Civil (CPC), segundo o qual ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações resultantes de fatos que digam respeito a estes ou de atos praticados por eles.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- ❶ Cessado o regime de bens entre os cônjuges pela separação judicial, o patrimônio comum subsiste enquanto não for operada a partilha, continuando a pertencer a ambos, em inevitável condomínio. Logo, a responsabilidade pelas despesas de condomínio é dos proprietários Tércio e Livia, por tratar-se de obrigação *propter rem*.
- ❷ Como não foi operada a partilha do imóvel em comum, Tércio e Livia permanecem como condôminos do imóvel; logo, a obrigação é solidária e, segundo o direito material, na solidariedade passiva o credor tem direito a exigir e a receber de um ou de alguns dos devedores a dívida em comum.
- ❸ Apesar de o direito material legitimar passivamente apenas um devedor solidário para a ação de cobrança de dívida comum, no caso hipotético apresentado, aplica-se norma especial de cunho processual sobre litisconsórcio necessário entre ambos os cônjuges, que constitui pressuposto processual de existência e validade do processo, pois a falta de pagamento das cotas condominiais diz respeito a ambos os cônjuges, sendo ato de responsabilidade deles.
- ❹ A norma de direito material que fixa as regras da obrigação solidária e que tem reflexo para as condições da ação, especialmente no que diz respeito à legitimidade passiva *ad causam*, tem prevalência sobre norma de cunho processual, mormente de fixação de litisconsórcio passivo necessário, que requer norma material para sua exigência.
- ❺ Na situação apresentada, o caso não encerra integração do pólo passivo da lide, pois, tratando-se de obrigação *propter rem*, a ação de cobrança deve recair sobre o proprietário do imóvel e não obrigatoriamente também sobre sua ex-esposa. A hipótese configura litisconsórcio passivo facultativo.

QUESTÃO 16

Na vida de relação, inúmeros atos jurídicos são realizados diariamente; todos, porém, devem observar normas próprias, garantidoras de licitude. Acerca desse tema, julgue os itens abaixo.

- ❶ É nulo o contrato de doação quando a causa determinante do ato for fato falso criado pelo donatário para induzir o doador em erro substancial.
- ❷ A condição resolutiva da obrigação expressa no ato jurídico bilateral prescinde de interpelação judicial para se operar.
- ❸ É vedada a inserção de condição meramente potestativa no ato jurídico bilateral.
- ❹ No ato jurídico bilateral oneroso e comutativo, a coisa recebida com defeito oculto que a torne imprópria para o uso a que é destinada pode ser rejeitada pelo adquirente, que redibirá o contrato.
- ❺ É nulo o ato jurídico bilateral viciado de dolo ou coação, o que gera para a parte prejudicada o direito de reaver o que pagou, cumulado com perdas e danos.

QUESTÃO 17

Com referência ao compromisso e ao contrato de compra e venda, julgue os seguintes itens.

- ❶ Na ação de outorga de escritura, não há que se exigir o prévio registro do compromisso de compra e venda, pois a sentença opera a mera substituição da vontade do promitente vendedor, cumprindo em seu lugar a obrigação de formalizar o contrato de compra e venda prometido.
- ❷ A indenização por perdas e danos abrange o que o credor razoavelmente deixou de lucrar; logo, o descumprimento do contrato de promessa de compra e venda de imóvel por parte do promitente vendedor leva à indenização do promissário comprador pelo dano positivo. Com isso, o promissário comprador tem o direito de receber, além da devolução do preço, a diferença do valor atual do imóvel.
- ❸ São cabíveis embargos de terceiro opostos pelos compromissários compradores de unidade residencial de edifício de apartamento financiado contra a penhora do terreno, efetivada no processo de execução hipotecária promovida pela instituição financeira contra a construtora devedora, pois eles não firmaram os contratos que instruíram a hipoteca em execução.
- ❹ O adquirente de imóvel, após a efetivação do contrato de compra e venda, é o responsável pelos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade; o proprietário anterior é o responsável tributário por eventual débito anterior ao contrato de transmissão.
- ❺ Sabendo que o art. 1.163 do Código Civil preceitua que:  
Ajustado que se desfaça a venda, não se pagando o preço até certo dia, poderá o vendedor, não-pago, desfazer o contrato, ou pedir o preço. Parágrafo único — Se, em dez dias de vencido o prazo, o vendedor, em tal caso, não reclamar o preço, ficará de pleno direito desfeita a venda, é correto afirmar que essa norma é de ordem pública, não podendo os contratantes a afastarem por livre convenção, sequer parcialmente.

QUESTÃO 18

Quanto à pensão alimentícia, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A vítima de atropelamento que ficou parcialmente incapacitada para o trabalho tem direito de perceber pensão alimentícia do responsável pelo ilícito, que deve ser paga parceladamente por se tratar de obrigação duradoura, não sendo possível, porém, a cumulação de dano moral e dano estético.
- ❷ O dever de prestar alimentos pode surgir como decorrência do concubinato. Assim, pode a companheira pleitear alimentos ao ex-companheiro, por meio de regular ação judicial, que não necessita de prova pré-constituída da condição de companheira, porquanto é admissível que a referida prova se faça no correr da instrução.
- ❸ É competente para a ação de alimentos o foro de domicílio ou de residência do alimentando. Se, contudo, ele ajuizar a ação em outra comarca, não poderá o juízo declinar de ofício de sua competência.
- ❹ A prisão do alimentante, por descumprimento de sua obrigação alimentar, é cabível tanto nos casos de obrigação alimentar fundada no direito de família como naqueles em que a obrigação nascer de ato ilícito.
- ❺ Consolidou-se na jurisprudência o entendimento de que, em caso de dívida alimentar acumulada por longo período, tal dívida deixa de ter cunho alimentar e passa a ter caráter de ressarcimento de despesas realizadas, salvo quanto às três últimas parcelas. Assim, somente estas podem ser cobradas sob pena de prisão do devedor.

QUESTÃO 19

A tutela jurisdicional tem de estar compromissada com o direito e com a realidade social. Hodiernamente valoriza-se o resultado jurídico-substancial do processo, sendo impossível tolerar a lentidão do processo de conhecimento e sua conseqüente inefetividade na tutela dos direitos. Partindo dessa premissa, as tutelas de urgência constituem instrumentos necessários para a realização do direito constitucional da inafastabilidade da função jurisdicional, pois não basta que a prestação jurisdicional seja genérica, devendo, necessariamente, abranger tutela tempestiva e, portanto, efetiva. Com relação às tutelas de urgência, julgue os itens em seguida.

- ❶ As tutelas de urgência — antecipação dos efeitos da tutela e tutela cautelar — configuram técnicas de sumarização satisfativa e cautelar capazes de minimizar a ineficiência do processo de conhecimento gerada pela sua natural lentidão.
- ❷ A decisão judicial concessiva de tutela de urgência tem, como regra, natureza mandamental, ou seja, executividade intrínseca, que prescinde de processo executivo.
- ❸ A inserção da antecipação dos efeitos da tutela como regra no procedimento comum tornou inoperantes as normas sobre cautelares atípicas, que tinham como pressuposto apenas a referibilidade a um direito e visavam assegurar a viabilidade da realização de um direito.
- ❹ A tutela específica não se enquadra no conceito de tutela antecipada, pois sua natureza é de genuína tutela inibitória, positiva ou negativa.
- ❺ A antecipação dos efeitos da tutela requer, para a sua concessão, a presença de específicos requisitos, não sendo suficiente o fato de o pedido, ou parte dele, ser incontroverso.

QUESTÃO 20

Para cumprir a função jurisdicional, o Estado, primeiramente, deve conhecer os fatos e o direito pertinentes à lide pendente de solução. A ação de conhecimento é a via adequada para a apreciação e a solução da lide carente de certeza do direito. O processo judicial de conhecimento tem regulamentação e sistemática próprias, que visam à prestação jurisdicional efetiva. Acerca de algumas peculiaridades desse processo judicial, julgue os itens abaixo.

- ❶ A competência para o processamento e o julgamento de uma ação judicial é fixada no momento em que a ação é proposta. Perpetuada a jurisdição, torna-se incabível alterar a competência por posterior modificação do estado de fato ou de direito, salvo em razão do foro de eleição referente a litígio sobre direito de vizinhança, servidão ou divisão e demarcação de terras.
- ❷ A cumulação de pedidos em um único processo é admitida contra diferentes réus desde que os pedidos sejam compatíveis entre si, o juízo seja competente para apreciar todos os pedidos e o tipo de procedimento escolhido seja adequado a todos.
- ❸ Na hipótese de o réu apresentar contestação, impugnando o direito que constitui fundamento do pedido, poderá o autor propor ação declaratória incidental e, sendo o juiz competente em razão da matéria e sendo a questão pressuposto necessário para a resolução da lide, o seu julgamento fará coisa julgada.
- ❹ Pelo princípio da congruência entre o pedido e a sentença, esta deve refletir o conteúdo do pedido, não podendo ser *citra*, *ultra* ou *extra petita*, devendo, ainda, ser certa e determinada, salvo quando decidir relação jurídica condicional.
- ❺ Após as providências preliminares determinadas pelo juiz em razão do conteúdo da resposta do réu, não sendo o caso de julgamento conforme o estado do processo e tratando-se de direito que admita transação, e sendo esta possível, o juiz designará audiência preliminar, devendo as partes comparecer pessoalmente ou fazer-se representar por procuradores com poderes para transigir.

QUESTÃO 21

José ingressou com ação de conhecimento contra Mário, pelo procedimento sumário, pretendendo ser ressarcido por danos causados em seu veículo automotor, em virtude de acidente de trânsito provocado pelo réu. O autor compareceu pessoalmente à audiência, e o réu fez-se representar por preposto com poderes para transigir. Contudo, não houve acordo. A parte ré, assim, ofereceu contestação escrita, reconvenção e impugnação ao valor da causa.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- ❶ Em razão de o réu não ter comparecido pessoalmente à audiência, deverá o juiz considerar verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos.
- ❷ A contestação apresentada por escrito não deve ser recebida, considerando que a peça de defesa, em ação de procedimento sumário, oferecida em audiência, necessariamente deve ser oral, em razão dos princípios da celeridade, da economia processual e da concentração que norteiam esse procedimento.
- ❸ A peça de reconvenção deve ser de pronto indeferida, pois a ação de procedimento sumário comporta que o réu, na contestação, formule pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial.
- ❹ No procedimento sumário, não são admissíveis a impugnação ao valor da causa nem a intervenção de terceiro.
- ❺ Cabe ao juiz, na audiência, decidir de plano todas as questões incidentes, podendo a parte prejudicada recorrer da decisão, sempre por meio do recurso de agravo retido.

QUESTÃO 22

O mandado de segurança, remédio constitucional contra ato abusivo de autoridade, tem procedimento célere específico, com o fim de prontamente afastar ato feridor de direito líquido e certo. A respeito de algumas peculiaridades da ação mandamental, julgue os itens seguintes.

- ❶ A Constituição da República de 1988 não fez distinção entre o mandado de segurança coletivo e o individual, sendo certo que a única inovação se deu tão-somente em relação à legitimidade extraordinária para a impetração do *mandamus*.
- ❷ O sindicato regularmente constituído e em normal funcionamento tem legitimidade para, na qualidade de substituto processual, postular em juízo em prol dos direitos da categoria, independentemente de autorização em assembléia geral, sendo suficiente a existência de cláusula específica, constante do respectivo estatuto.
- ❸ O mandado de segurança coletivo é cabível sempre que coletivo seja o interesse negado por ato de autoridade. É entendido como aquele em que a posição favorável de um implica a determinação da posição favorável de outros, no que se refere ao mesmo bem de vida, não sendo necessário que diga respeito à totalidade dos membros do sindicato.
- ❹ Para a impetração do mandado de segurança preventivo, basta o risco de lesão a direito líquido e certo, com base no julgamento subjetivo do impetrante. Caso contrário, haveria inobservância do princípio da inafastabilidade da função jurisdicional, com conseqüente omissão do dever de proteção a direito líquido e certo.
- ❺ A sentença concessiva de segurança está sujeita ao duplo grau de jurisdição, podendo, no entanto, ser cumprida provisória e imediatamente. A pessoa jurídica de direito público afetada pela concessão é parte legítima para recorrer, sendo admissíveis os recursos de embargos de declaração e os embargos infringentes.

QUESTÃO 23

Caio foi citado pessoalmente em ação de execução de título executivo judicial para, no prazo de 24 horas, pagar ou nomear bens à penhora. Lívio, o credor, instruiu a inicial com memória discriminada e atualizada do cálculo do valor devido, tendo Caio constatado a existência de erro material no cálculo, fato que elevou o valor do débito.

Tendo por base essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- ❶ A decisão judicial que determinou a citação de Caio foi de conteúdo positivo, reconhecendo, assim, a presença das condições da ação e dos pressupostos processuais, podendo ser atacada por meio do recurso de agravo de instrumento.
- ❷ A citação de Caio poderia ter recaído na pessoa de seu advogado, constituído nos autos da ação de conhecimento com poderes para o foro em geral, pois trata-se de execução de título executivo judicial.
- ❸ Lívio, o exeqüente, tem livre disponibilidade da ação de execução, podendo dela desistir, independentemente da concordância de Caio, salvo se já opostos embargos à execução, ainda que limitados a questões processuais.
- ❹ Poderá Caio, sem segurar o juízo, propor exceção de pré-executividade, tendo por fim o conserto dos cálculos, a fim de refletir o real valor devido.
- ❺ A exceção de pré-executividade não substitui os embargos à execução, que veiculam questões próprias e específicas e impescindem de prévia segurança do juízo.

QUESTÃO 24

O banco Dinheiro Vivo ajuizou ação monitoria em face de Pedro, seu ex-correntista, pleiteando o pagamento de valor decorrente de contrato de abertura de crédito (cheque especial) firmado entre as partes, considerando que o correntista utilizou integralmente o valor do crédito sem, contudo, efetuar o pagamento do valor levantado. Instruiu a inicial com instrumento de procuração, uma via do contrato firmado entre as partes, extratos bancários comprobatórios da utilização do crédito especial posto à disposição de Pedro e memória de cálculo.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A via especial da ação monitoria comporta veicular a pretensão do banco Dinheiro Vivo, considerando que essa instituição possui documento escrito, sem eficácia de título executivo, que relativize a certeza do alegado direito.
- ❷ Se for expedido mandado de pagamento contra Pedro e se este, decorrido o prazo de quinze dias, não pagar nem embargar, constituir-se-á o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, iniciando-se a execução por quantia certa contra devedor solvente.
- ❸ Estando em ordem e devidamente instruída a petição inicial, o juiz deverá determinar a expedição de mandado de citação para que Pedro conteste ou embargue a ação. Embargando-a, ela será suspensa.
- ❹ Se for devidamente citado, Pedro poderá anuir ao pedido do banco e efetuar o depósito da quantia devida, hipótese em que o juiz proferirá sentença extinguindo o processo com julgamento do mérito e condenando o devedor nas verbas sucumbenciais.
- ❺ Na eventualidade de Pedro embargar a ação, deverá previamente segurar o juízo, hipótese em que os autos dos embargos deverão ser apensados aos autos principais.

QUESTÃO 25

Cada um dos itens a seguir, relativos às nulidades no processo penal, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um indivíduo perpetrou um crime de homicídio na comarca de Serrinha. Ao tomar conhecimento do fato, a autoridade policial da comarca de Alagoinha instaurou inquérito policial, tendo o órgão do MP oferecido denúncia, recebida pelo magistrado. Nessa situação, tratando-se de incompetência *ratione loci*, a nulidade será relativa.
- ❷ Tício foi denunciado pela prática do crime de roubo. Ao ser interrogado pela autoridade judiciária, alegou possuir 22 anos de idade, apresentando cópia da certidão de nascimento de um homônimo. Na fase das alegações finais, a defesa, comprovando que Tício tinha dezenove anos de idade por ocasião do interrogatório, argüiu a nulidade do processo por ausência de nomeação de curador. Nessa situação, como é obrigatória a nomeação de curador ao réu menor de 21 anos, a sua falta constituirá a nulidade do processo penal a partir do interrogatório.
- ❸ Em um processo-crime instaurado por iniciativa do MP, a autoridade judiciária inquiriu uma testemunha arrolada pela defesa sem intimação e intervenção do órgão ministerial. A pretensão punitiva do Estado foi julgada parcialmente procedente, tendo a defesa apresentado recurso de apelação, pugnando simplesmente pela alteração do regime prisional fixado na sentença, que transitou em julgado para a acusação. Nessa situação, caberá ao tribunal de justiça, de ofício, declarar a nulidade processual pela ausência de intervenção do órgão do MP na audiência.
- ❹ O MP estadual ofereceu denúncia pela prática de um homicídio contra funcionário público federal no exercício de sua função. A vestibular acusatória foi recebida, tendo a defesa apresentado exceção de incompetência por ocasião da defesa prévia, que foi aceita pelo magistrado estadual, com a remessa dos autos à justiça federal. Nessa hipótese, apesar de tratar-se de incompetência *ratione materiae*, de acordo com a jurisprudência pátria, tanto a denúncia quanto o seu recebimento poderão ser ratificados no juízo competente.
- ❺ Ao receber uma denúncia e designar a data do interrogatório, o magistrado determinou a citação do réu por via postal, em carta registrada. O réu recebeu a correspondência, compareceu ao juízo com seu defensor no dia do interrogatório, antes do horário designado, e argüiu a nulidade do ato, alegando que a lei processual penal apenas prevê a citação por mandado. Nessa situação, o comparecimento do réu em juízo sanou o defeito da citação, que até então era existente.

QUESTÃO 26

A respeito da competência no processo penal, julgue os seguintes itens.

- ❶ Compete ao TRF processar e julgar prefeito municipal por crime de peculato, em face de desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal, no caso, o Tribunal de Contas da União.
- ❷ Compete ao tribunal de justiça processar e julgar, originariamente, prefeito municipal pela prática de crimes dolosos contra a vida.
- ❸ A competência para processar e julgar crime de tráfico internacional de entorpecentes é, em princípio, da justiça federal. Se o lugar em que tiver sido praticada a infração penal for município que não seja sede de vara da justiça federal, o processo e o julgamento caberão à justiça estadual, com recurso para o TRF.
- ❹ O foro competente para o processo e o julgamento do crime de estelionato perpetrado mediante falsificação de cheque é o local onde se der a recusa ao pagamento pelo sacado.
- ❺ O tribunal de justiça não possui competência para processar e julgar magistrado aposentado pela suposta prática de crime ocorrido quando do exercício funcional.

QUESTÃO 27

Julgue os itens a seguir, relativos à prisão e à liberdade provisória.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.  
Após representação da autoridade policial, um indivíduo teve a sua prisão preventiva decretada pelo juiz da comarca de Jacobina. Posteriormente, chegou ao conhecimento do magistrado que o indiciado estava residindo na cidade de Vitória da Conquista.  
Nessa situação, caberá ao juiz da comarca de Jacobina determinar a expedição de carta precatória para o cumprimento da ordem de prisão.
- ❷ Em caso de flagrante delito, mesmo estando o autor da infração penal à noite no interior de sua residência, asilo inviolável, os agentes de polícia não precisarão obter, previamente, mandado de busca domiciliar para a execução da prisão.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.  
Severino praticou um crime de homicídio em lugar ermo e ocultou o cadáver, tendo, logo após o evento, se apresentado espontaneamente perante a autoridade policial e confessado a autoria do crime, até então ignorada.  
Nessa situação, diante da quase-flagrância, caberá à autoridade policial efetuar a prisão em flagrante de Severino.
- ❹ Consoante entendimento do STF, o magistrado não está obrigado a exarar decisão motivada de manutenção da prisão em flagrante, manifestando-se sobre a liberdade provisória, após receber da autoridade policial a comunicação da custódia e cópia do auto.
- ❺ Interposto recurso especial ou extraordinário, sem efeito suspensivo, nada impede a concessão de liberdade provisória com fiança, se preenchidos os requisitos legais.

QUESTÃO 28

Em relação à sentença penal e seus efeitos, julgue os itens abaixo.

- ❶ Proferida a sentença absolutória, deverá o magistrado mandar pôr o réu em liberdade. Assim, a absolvição criminal com fundamento na inimizabilidade do réu prejudicará a aplicação da medida de segurança de internação em casa de custódia.
- ❷ Uma vez absolvido, o réu que é preso em flagrante e obtém liberdade provisória mediante fiança tem direito à restituição do valor pago por força do trânsito em julgado da sentença penal.
- ❸ A publicação da sentença penal, que é obrigatória, ocorre na data da aposição da assinatura do magistrado na decisão.
- ❹ O defensor constituído do réu será intimado da sentença penal condenatória, prolatada em primeiro grau de jurisdição, por meio do órgão da imprensa incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.
- ❺ O réu preso em flagrante delito e que nessa condição tenha permanecido durante toda a instrução criminal, embora primário e de bons antecedentes, não tem direito a apelar em liberdade, haja vista que um dos efeitos da sentença condenatória é a conservação do detido na prisão.

QUESTÃO 29

Julgue os itens seguintes.

- ❶ Diante do preceito constitucional de que todas as decisões devem ser fundamentadas, o despacho que recebe a denúncia deve ser fundamentado, sob pena de nulidade.
- ❷ O magistrado pode, na fase processual do recebimento da queixa, dar nova definição jurídica ao fato criminoso narrado, desclassificando a infração penal capitulada.
- ❸ Consoante entendimento jurisprudencial majoritário, no procedimento dos crimes da competência do tribunal do júri incorre nulidade, se o defensor constituído for devidamente intimado e, por tática defensiva, deixar de apresentar as alegações finais.
- ❹ Não cabe revisão criminal com base em mudança de orientação jurisprudencial em questão jurídica controvertida.
- ❺ É cabível a impetração de *habeas corpus* em que figure como paciente-beneficiário pessoa jurídica.

QUESTÃO 30

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Breno, fiscal de posturas do município, recebeu do proprietário de um imóvel em construção a importância de R\$ 2 mil para não lavrar um auto de infração e embargar a obra irregular. A delação foi apresentada e comprovada a Décio, superior hierárquico de Breno. Nessa situação, Breno praticou o crime de corrupção passiva, e Décio, no exercício do poder disciplinar da administração, deverá instaurar procedimento administrativo para apurar a infração funcional e aplicar penalidade(s) ao subalterno, sob pena de incidir, em tese, no crime de condescendência criminosa.
- ❷ Um indivíduo, durante uma discussão com seu genitor, desfechou-lhe no rosto um golpe com um pedaço de madeira, ocasionando a ablação do seu olho direito. Nessa situação, o indivíduo praticou o crime de lesão corporal de natureza grave, que poderá motivar a sua deserção pelo genitor por meio de documento particular.
- ❸ Um fazendeiro induziu sua prima, menor de quinze anos de idade, moça ingênua e de pouca instrução, filha de humildes lavradores, a manter com ele reiteradas conjunções carnavais, tornando-a pervertida após os fatos. Nessa situação, e de acordo com a jurisprudência do STF, o fazendeiro praticou o crime de corrupção de menores em relação a sua prima, que é sua parente colateral em quarto grau.
- ❹ O sócio-gerente de uma empresa, a fim de não pagar ICMS no mês de janeiro de 2001, determinou que o empregado responsável pela contabilidade da sociedade comercial escriturasse no livro de registro de entrada de mercadorias notas fiscais frias oriundas de uma empresa fantasma. Com a escrituração das notas espúrias, a empresa deixou de recolher à fazenda pública a importância de R\$ 10 mil. Agentes fazendários realizaram uma auditoria na empresa e constataram as irregularidades, pelo que lavraram auto de infração e providenciaram a instauração de um procedimento administrativo-tributário. O MP teve conhecimento dos fatos e requisitou a instauração de inquérito policial. Ao tomar conhecimento da instauração do inquérito policial, o sócio-gerente procurou a administração fazendária e providenciou o parcelamento regular da dívida (crédito tributário). Nessa situação, como o parcelamento é modalidade de extinção do crédito tributário, haverá a extinção da punibilidade de acordo com o entendimento do STF.
- ❺ Jota vendeu a Marina um imóvel residencial de que era proprietário, recebendo pela transação a importância de R\$ 120 mil. No mesmo dia, Jota celebrou um compromisso de compra e venda do mesmo imóvel com Manolo, recebendo no ato a importância de R\$ 60 mil. Um mês depois, ao tomar conhecimento de que o imóvel tinha sido transcrito no cartório de registro de imóveis em nome de Marina no dia anterior, Manolo deixou de pagar o restante do débito (R\$ 40 mil) e compareceu perante a autoridade policial. Nessa situação, Jota praticou o crime de estelionato, na modalidade de disposição de coisa alheia como própria.

QUESTÃO 31

Acerca da aplicação da pena, julgue os itens a seguir.

- ❶ O magistrado está obrigado, sob pena de nulidade, a analisar exaustivamente cada uma das circunstâncias judiciais para fixar a duração da pena-base.
- ❷ A fixação de regime inicial de cumprimento da pena mais gravoso deve ser feita mediante fundamentação, com estrita observância das circunstâncias judiciais.
- ❸ Na fixação da pena pecuniária, o magistrado deverá estabelecer a quantidade de dias-multa com base nas circunstâncias judiciais e, em seguida, determinar o valor do dia-multa com base na situação financeira do réu.
- ❹ Consoante orientação majoritária do STF e STJ, é cabível a substituição da pena restritiva de liberdade de até um ano pela pena pecuniária, mesmo quando houver aplicação cumulativa em lei especial das penas privativas de liberdade com multa.
- ❺ Na dosimetria da reprimenda, a menoridade do agente não poderá ser considerada para efeito da redução da pena-base fixada em seu grau mínimo.

QUESTÃO 32

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- ❶ Um agente carcerário deixou a cela e a porta da cadeia pública abertas, facilitando a fuga de um indivíduo que se encontrava detido em decorrência da decretação de sua prisão preventiva pelo juiz da comarca. Sendo o agente carcerário funcionário público, restou configurada a prática de crime funcional próprio: fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança. Nessa situação, caso haja oferecimento de denúncia pelo Ministério Público com base em inquérito policial, o juiz, antes de recebê-la, deverá ordenar a notificação do acusado, para que se manifeste por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- ❷ Um indivíduo manteve conjunção carnal e cópula anal com sua enteada de dezoito anos de idade, que era portadora de deficiência mental profunda (idiotia), comprovada por laudo pericial. Nessa situação, e consoante entendimentos do STF e do STJ, o indivíduo praticou os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, em continuidade delitiva.
- ❸ Um réu primário foi condenado pela prática do crime de estupro simples, por ter mantido conjunção carnal com sua namorada mediante o emprego de grave ameaça (revólver). Nessa situação, e de acordo com a atual orientação do STF, mesmo fixada a pena privativa de liberdade em seis anos de reclusão e sendo favoráveis todas as circunstâncias judiciais, o regime prisional deverá ser o integralmente fechado, não sendo permitida a progressão.
- ❹ Lucas foi condenado à pena privativa de liberdade de três anos de reclusão, a ser cumprida em regime integralmente fechado, pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecente. Dois meses após o trânsito em julgado da sentença penal, antes de dar início ao cumprimento da reprimenda, Lucas foi preso e autuado em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecente, tendo sofrido nova condenação, agora à pena privativa de liberdade de seis anos de reclusão, a ser cumprida em regime integralmente fechado. Nessa situação, Lucas terá de cumprir o total das penas (nove anos de reclusão) em regime integralmente fechado, sem direito a progressão de regime ou livramento condicional.
- ❺ Um indivíduo, cuja esposa padecia, há anos, de uma doença incurável, a seu pedido ceifou-lhe a vida por meio de asfixia tóxica, produzida por gases deletérios (óxido de carbono, cloro e bromo) liberados no quarto em que se encontrava. Nessa situação, o indivíduo responderá por homicídio qualificado-privilegiado, que, de acordo com o STJ, não é considerado crime hediondo.

QUESTÃO 33

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Hélio escreveu uma carta a Bruno, imputando-lhe a prática de atos libidinosos com um colega de serviço e encaminhou-a lacrada pelo correio. Nessa situação, Hélio praticou o crime de difamação.
- 2 Um indivíduo constrangeu, sob grave ameaça exercida com o emprego de um revólver, um motorista a conduzi-lo com seu automóvel até uma estação rodoviária. Nessa situação, o indivíduo praticou o crime de seqüestro.
- 3 Um indivíduo fabricou, no fundo do quintal de sua residência, centenas de cédulas de cinquenta cruzeiros reais. Nessa situação, caracterizou-se a prática do crime de moeda falsa.
- 4 Com o objetivo de inscrever-se em um concurso público que previa no edital limitação de idade, um indivíduo alterou a sua data de nascimento em uma cópia, não-autenticada, de sua certidão de nascimento. Nessa situação, o indivíduo praticou o crime de falsificação de documento público.
- 5 Antônio recebeu de um adolescente um cartão de crédito e dois cheques em branco. Posteriormente, dirigiu-se até uma loja de eletrodomésticos e adquiriu um aparelho de televisão, emitindo, em pagamento à vista, uma cártula no valor de R\$ 850,00, mediante falsificação da assinatura do correntista. Nessa situação, de acordo com o STJ, pela conduta descrita, Antônio responderá somente pelo crime de estelionato.

QUESTÃO 34

Julgue os itens abaixo.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética. Pela prática do crime de latrocínio, um indivíduo que era primário e registrava bons antecedentes foi condenado à pena privativa de liberdade de vinte anos de reclusão. O evento delituoso ocorreu antes do advento da Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/1990). Nessa situação, o indivíduo terá de cumprir mais de um terço da reprimenda para preencher o requisito temporal do livramento condicional.
- 2 De acordo com o entendimento jurisprudencial do STJ, para a configuração da continuidade delitiva faz-se mister a presença da unidade de desígnios.
- 3 Com o advento da nova Parte Geral do Código Penal (PGCP), tornou-se juridicamente impossível a imposição de medida de segurança, por periculosidade real ou presumida, aos agentes plenamente imputáveis. A extinção das medidas de segurança para os imputáveis opera-se de forma retroativa, estendendo-se aos fatos cometidos anteriormente à vigência da Lei n.º 7.209/1984, que alterou a PGCP.
- 4 Considere a seguinte situação hipotética. César subtraiu, mediante grave ameaça exercida com o emprego de uma faca, a importância de R\$ 300,00 pertencente a Mateus. Instaurado o inquérito policial e elucidada a autoria da infração penal, César restituiu voluntariamente à vítima a importância subtraída. Nessa situação, o juiz deverá reconhecer em favor de César o arrependimento posterior.
- 5 Aplica-se a perempção, que é causa de extinção da punibilidade, na ação penal privada subsidiária da pública.

QUESTÃO 35

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Alexandre adquiriu um veículo novo a prazo, emitindo um cheque pós-datado no valor de R\$ 36.500,00 em garantia da dívida. Antes da data acordada, a concessionária apresentou a cártula ao banco sacado, que a devolveu por insuficiência de fundos. Logo após a devolução do cheque, a concessionária ingressou com uma execução por quantia certa contra devedor solvente. Nessa situação, apesar de Alexandre não ter praticado o crime de estelionato, na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque, a ação executiva era incabível, em face da inexequibilidade do título de crédito.
- 2 Nélío, advogado da parte ré em uma ação de reparação de danos, inconformado com a sentença que condenou o seu cliente a pagar uma indenização no valor de R\$ 4 milhões, interpôs recurso e, nas razões apresentadas, investiu contra a honra do magistrado sentenciante, imputando-lhe o recebimento da importância de R\$ 30 mil para beneficiar a parte adversa. Nessa situação, diante da proclamação constitucional da inviolabilidade do advogado por seus atos e manifestações no exercício da profissão, Nélío estará amparado pela imunidade judiciária e não responderá pelo crime contra a honra.
- 3 Um deputado federal foi denunciado perante o STF por ter praticado um crime de peculato no exercício funcional. Durante a tramitação da ação penal, seu mandato de deputado federal expirou-se, e ele não conseguiu a reeleição. Nessa hipótese, apesar da cessação do exercício funcional, persistirá a competência do STF para processar e julgar o ex-parlamentar.
- 4 Um vereador, durante a votação de um projeto de lei, em pronunciamento realizado na tribuna da câmara de vereadores, imputou ao prefeito municipal a malversação de recursos federais repassados ao município para a área de saúde. Nessa situação, em face da imunidade parlamentar, o vereador não responderá por crime contra a honra.
- 5 No interior de um restaurante repleto de pessoas, um deputado federal sacou um revólver e efetuou seis disparos contra um seu desafeto, ceifando-lhe a vida. Nessa situação, qualquer particular poderá efetuar a prisão do parlamentar, mas a manutenção da custódia dependerá de autorização da Casa respectiva, para a formação da culpa, pelo voto secreto da maioria de seus membros.

QUESTÃO 36

Jorge da Silva, gerente da sociedade J. Silva e Cia. Ltda., emitiu, em nome da pessoa jurídica, nota promissória. O mesmo Jorge da Silva, na qualidade de pessoa física, avalizou o título. A tomadora do título, Cia. Agrícola da Bahia, endossou-o em favor do Banco do Brasil. No seu vencimento, não ocorreu o pagamento do título.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 1 Caso o Banco do Brasil proponha ação cambial contra a sociedade J. Silva e Cia. Ltda., esta poderá embargar a execução e argüir, em seus embargos, fatos pertinentes à sua relação jurídica com a Cia. Agrícola da Bahia como fundamento para o não-pagamento do título.
- 2 O Banco do Brasil somente poderá propor ação contra Jorge da Silva após esgotados os mecanismos de cobrança junto ao devedor principal do título.
- 3 Caso seja casado, a validade do aval prestado por Jorge da Silva dependerá da outorga de seu cônjuge.
- 4 Caso a Cia. Agrícola da Bahia seja demandada pelo Banco do Brasil em ação cambial, poderá ela denunciar a lide à sociedade J. Silva e Cia. Ltda.
- 5 A ação a ser proposta pelo Banco do Brasil contra a Cia. Agrícola da Bahia dependerá do prévio e regular protesto do título. Protestado o título, operar-se-á a prescrição da ação cambial contra todos os devedores, inclusive emitente e avalista da promissória.

QUESTÃO 37

Julgue os itens seguintes com base no direito comercial.

- 1 Considerando que determinado cheque tenha sido emitido em Salvador contra agência bancária localizada nessa mesma cidade e que o prazo para apresentação do referido documento seja de trinta dias contados a partir de sua emissão, caso esse cheque não seja apresentado ao sacado no prazo legal, o seu beneficiário perderá o direito de propor ação cambiária contra o seu emitente.
- 2 Caso ocorra a prescrição da ação executiva de cheque, poderá o título ser utilizado para a propositura de ação monitória contra seu emitente.
- 3 Como a responsabilidade de avalista tem natureza cambiária, somente será cabível ação monitória contra avalista de cheque prescrito caso seja demonstrado que referido avalista locupletou-se à custa do autor da ação.
- 4 O prazo prescricional da ação executiva de cheque será de seis meses, contados da data de sua emissão.
- 5 A jurisprudência tem apresentado como improcedentes as ações de indenização por dano moral propostas em decorrência da apresentação de cheque antes da data indicada no documento, haja vista a legislação considerar não-escrita qualquer declaração lançada no documento que possa ser interpretada como vencimento.

QUESTÃO 38

Ainda com referência ao direito comercial, julgue os itens a seguir.

- 1 A execução a ser proposta com base em cheque, mesmo contra endossante do título, independe de protesto, desde que haja declaração do sacado que ateste ter sido o cheque apresentado para pagamento dentro do prazo legal e não ter sido pago. Caso o cheque seja utilizado para requerer a falência do emitente com fundamento em sua impontualidade, o protesto será indispensável.
- 2 Requerida a falência do devedor com fundamento em sua impontualidade, ele poderá efetuar o depósito da quantia reclamada elidindo a falência, desde que os honorários advocatícios sejam acrescidos ao depósito.
- 3 Na falência, a remuneração do síndico possui natureza de encargos da massa, somente sendo devida após terem sido totalmente pagos os créditos de natureza trabalhista.
- 4 No momento da decretação da falência, caso se encontre em curso execução fiscal em que ocorrer a penhora de bens do devedor cuja falência está sendo decretada, se ainda não tiver sido fixada a data para a arrematação desses bens, a execução fiscal deverá ser suspensa, e os bens deverão ser arrecadados pelo síndico para integrarem a massa falida.
- 5 Concedida a concordata, todos os credores, à exceção da fazenda pública, sofrerão seus efeitos e sujeitar-se-ão às formas de pagamento a serem indicadas pelo concordatário em seu pedido.

QUESTÃO 39

Julgue os itens subseqüentes com base no direito do consumidor.

- 1 Considere a seguinte situação hipotética. Jaques adquiriu da empresa X aparelho de microondas fabricado pela empresa Y. Um curto-circuito ocorrido no aparelho provocou incêndio na casa de Jaques e de seu vizinho. Nessa situação, para fins de aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), o vizinho de Jaques equipara-se a consumidor, no que diz respeito à responsabilização dos fornecedores.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética. Aldo adquiriu, pela Internet, equipamento de som. Cinco dias após a entrega do aparelho, Aldo solicitou ao vendedor o desfazimento do negócio e a devolução do dinheiro pago. Nessa situação, caso o fornecedor demonstre que não existe qualquer vício no equipamento, ele não estará obrigado a desfazer o negócio.
- 3 Considere a seguinte situação hipotética. Luciana adquiriu veículo de determinada revendedora. Em decorrência de falhas verificadas no bem, Luciana solicitou que a revendedora devolvesse a quantia paga e que se procedesse ao consequente desfazimento do contrato. Nessa situação, a revendedora, nos termos do CDC, somente estará obrigada a devolver a quantia paga caso seja demonstrado que se trata de vício essencial, que comprometa o funcionamento do equipamento. Caso se trate de vício não-essencial ao funcionamento do veículo, o revendedor estará obrigado apenas a fornecer novo produto.
- 4 É pacífico o entendimento de que o CDC não é aplicável a toda e qualquer relação entre instituições financeiras e seus clientes.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética. Empresa especializada em vendas por reembolso postal fez veicular pela televisão publicidade em que afirmava ter descoberto, após anos de pesquisa, a solução para a calvície. Em decorrência disso, um consumidor solicitou imediatamente o fornecimento desse produto. Decorridos alguns dias após ter sido efetuado o pagamento, o consumidor recebeu em sua residência uma peruca. Nessa situação, nos termos do CDC, a publicidade em exame deve ser considerada desleal.

QUESTÃO 40

Um ônibus pertencente à sociedade Irmãos Barbosa Ltda., empresa concessionária de transporte coletivo urbano em Salvador, provocou acidente de trânsito que causou prejuízos a Flávia, condutora de veículo particular, e a Antunes, passageiro do ônibus. A sociedade acima mencionada é estabelecida entre os irmãos Barbosa, cujos nomes compõem a razão social da empresa.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 1 A responsabilidade da sociedade Irmãos Barbosa Ltda., caso seja demonstrada sua culpa exclusiva, é objetiva tanto em relação aos prejuízos causados a Flávia quanto em relação aos sofridos por Antunes.
- 2 Caso Antunes proponha ação contra a sociedade Irmãos Barbosa Ltda. e não sejam localizados bens pertencentes à pessoa jurídica, poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade a fim de que sejam responsabilizados os sócios da sociedade, que, nessa hipótese, responderão ilimitadamente pelos danos sofridos pelo passageiro.
- 3 Caracteriza-se como de consumo a relação existente entre Antunes e a sociedade Irmãos Barbosa Ltda., não obstante o fato de essa empresa ser concessionária de serviço público.
- 4 Se a empresa concessionária for demandada e demonstrar culpa concorrente entre si e Flávia, caberá exclusivamente a esta o dever de indenizar os prejuízos sofridos tanto pela própria empresa quanto por Antunes.
- 5 Caso os irmãos Barbosa venham a alienar suas cotas a terceiros sem o consentimento do poder concedente, além de apresentar declaração de caducidade da concessão, estará a sociedade obrigada a alterar sua razão social.